

Helena Carreiras

Ministra da Defesa Nacional

Intervenção da Ministra da Defesa Nacional, Helena Carreiras, por ocasião da conferência comemorativa do 75º aniversário das Missões de Paz das Nações Unidas e da contribuição de Portugal

Iscte-Instituto Universitário de Lisboa, Lisboa, 26 de maio de 2023

É com grande satisfação que participo hoje na celebração do septuagésimo quinto aniversário das Missões de Paz das Nações Unidas, agradecendo o convite que me foi dirigido pelo Centro Regional de Informação das Nações Unidas para a Europa Ocidental e pelo Iscte.

Cumprimento também os diversos conferencistas que irão debater um tema tão relevante para a atualidade sob diferentes perspetivas, em particular, o da participação de Portugal nas Missões de Paz das Nações Unidas. Quero ainda deixar uma palavra de apreço à organização pelo esforço de aproximação dos temas da Paz e Segurança ao meio académico e à sociedade civil. Esta é também uma prioridade pela qual tenho procurado orientar a minha ação.

Minhas senhoras e meus senhores,

A Organização das Nações Unidas representa uma ordem internacional assente em regras, valores e princípios que importa salvaguardar diariamente. Se queremos manter e promover esta mesma ordem no contexto securitário de elevada volatilidade em que vivemos, há que reafirmar diariamente a importância do papel da ONU.

Vivemos tempos difíceis e imprevisíveis, marcados por transformações significativas à escala global. Observamos a intensificação de conflitos em diferentes geografias e a proliferação do terrorismo transnacional, bem como o agravamento das alterações climáticas e pressão sobre recursos naturais.

Por acréscimo, a invasão da Ucrânia pela Rússia veio representar uma grave e manifesta violação dos princípios fundamentais da Carta das Nações Unidas. A guerra que se seguiu comporta riscos significativos para a arquitetura de segurança internacional, para além de levantar questões complexas para a sustentabilidade da ONU e do sistema multilateral em geral.

A manutenção da paz é um dos instrumentos mais eficazes de que as Nações Unidas dispõem para a promoção e manutenção da paz e da segurança internacionais. Desde 1948 que a ONU já realizou mais de 70 operações de manutenção da paz, com a participação de centenas de milhares de militares, agentes de segurança e civis de mais de 120 países. Encontram-se atualmente em curso um total de 12 operações de paz das Nações Unidas.

Portugal tem mantido uma participação consistente nestas missões. Com efeito, importa notar que as atividades nacionais relacionadas com operações de paz aumentaram 12% em 2022 face ao ano anterior. Atualmente, participamos em três operações da ONU com um total de 286 militares.

Estamos presentes, desde 2017, na Missão Multidimensional Integrada das Nações Unidas para a Estabilização da República Centro-Africana – MINUSCA –, neste momento com 282 militares. Tive aliás a oportunidade de visitar esta missão em fevereiro passado, juntamente com o Primeiro-Ministro. Contactei com o nosso contingente no terreno e testemunhei o seu elevado empenho. Esta é uma missão que inicialmente incluía tarefas como o apoio ao processo de transição; a facilitação da assistência humanitária; a promoção e proteção dos direitos humanos; o apoio à justiça e ao Estado de direito; e os processos de desarmamento, desmobilização, reintegração e repatriamento.

Evoluiu, entretanto, para a tarefa principal de proteção da população civil.

Nessa ocasião pude também verificar como Portugal se tem mostrado um parceiro fiável e cumpridor, assegurando com grande qualidade as missões que lhe são confiadas pelas organizações internacionais a que pertence.

Para além da MINUSCA, Portugal participa também na Missão Multidimensional Integrada das Nações Unidas para a Estabilização do Mali – a MINUSMA – com dois militares, bem como na Missão de Verificação da ONU na Colômbia de apoio ao processo de paz, igualmente com dois militares.

Em todos estes casos, os nossos militares, mulheres e homens, em missões no exterior representam o compromisso permanente de

Portugal com os princípios e valores da Carta das Nações Unidas.

A todos eles aproveito para dirigir uma palavra de gratidão e orgulho pela coragem e pelo relevante serviço ao país.

Minhas senhoras e meus senhores,

Metade das atuais operações de paz decorrem no Sul Global, em particular no continente africano. Esta é uma área de importância cada vez mais vital para a segurança do espaço Euro-Atlântico, ancorada numa abordagem de 360 graus. África é desproporcionalmente afetada pelo terrorismo transnacional, pela pirataria, e por emergências complexas de diferentes naturezas.

Não é por acaso que a presença de Portugal em missões multilaterais de Paz e Segurança incide sobretudo neste âmbito

geográfico, quer no contexto das Nações Unidas, quer no contexto da União Europeia. Ambas as organizações têm aliás desenvolvido crescentes sinergias de forma a garantirem uma presença complementar com os princípios da Carta das Nações Unidas bem como os mandatos do Conselho de Segurança.

Esta parceria estratégica entre a UE e a ONU tem-se reforçado nos últimos anos, tendo sido encetados esforços no sentido de prosseguir objetivos comuns, nomeadamente através de uma melhor cooperação entre as missões e operações da Política Comum de Segurança e Defesa e as operações das Nações Unidas no terreno.

Mas gostaria de destacar aqui outra dimensão crucial que importa manter em consideração no atual contexto, nomeadamente, a proliferação da desinformação em todo o globo, com especial

incidência no Sul Global e em particular em África. É necessário garantir que as missões de paz e de desenvolvimento implementadas junto dos nossos parceiros africanos incorporam devidamente estas dinâmicas.

Este tema tem-se tornado prioritário para Portugal, através de um papel de crescente relevo no diálogo e construção de pontes, não só através das missões da ONU ou da UE em que participamos, mas também através dos importantes programas de Cooperação no Domínio da Defesa que desenvolvemos em conjunto com os países africanos de língua oficial portuguesa e Timor-Leste.

Neste âmbito, destacaria também a criação de uma célula de cooperação civil-militar no âmbito da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa que visa incentivar precisamente a participação conjunta em operações de paz. Com a criação desta nova célula, pretende-se garantir formação em áreas específicas

de cooperação civil-militar; assegurar a prontidão e a especialização dos elementos que venham a ser formados; favorecer a integração de mulheres, promovendo o seu destacamento para operações de paz e, oportunamente, vir a empregar essas mesmas unidades enquanto parte de operações de paz da ONU.

O objetivo é claro: ao reforçarmos a resiliência dos nossos parceiros em diferentes áreas, ancorando esse trabalho nonexo segurança-desenvolvimento, estaremos a investir na nossa própria segurança e na sustentabilidade da ordem multilateral.

Para tal, precisamos de garantir uma dinâmica permanente de colaboração entre as diferentes organizações internacionais, incluindo entre a UE, a ONU, a União Africana e outras instituições

relevantes, ao mesmo tempo que estabelecemos um diálogo eficaz e permanente com as populações e autoridades locais.

Minhas senhoras e meus senhores,

Ao longo das últimas décadas, foram já mobilizados para missões de paz milhares de portugueses em dezenas de teatros de operações pelo mundo. Estas missões envolvem, por sua vez, uma vasta miríade de tarefas em diversas áreas, centradas na noção de segurança humana, desde os anos 90 do século XX. A adoção desta perspetiva permitiu, por exemplo, a aprovação da importante Resolução 1325 do Conselho de Segurança da Organização das Nações Unidas, em 2000, sobre Mulheres, Paz e Segurança.

Esta experiência de abertura a novos âmbitos organizacionais e diferentes teatros de operações, teve um impacto significativo na transformação das Forças Armadas portuguesas, ajudando a moldar o paradigma atual de lições aprendidas e de interoperabilidade, mas também a mudança de foco da guerra para a paz. Adicionalmente, foi possível capitalizar sobre algumas das principais valências dos nossos militares, nomeadamente a facilidade de contacto com as populações locais e o espírito colaborativo.

Esta participação em missões de paz teve também um efeito importante na opinião pública em relação aos militares portugueses e ao papel de Portugal como produtor de Paz e Segurança credível e capaz, promovendo a legitimação social das nossas Forças Armadas. Com efeito, a participação em operações de paz estabeleceu um importante precedente para a cooperação internacional, multilateral e interinstitucional que perdura até

hoje e que se tornou parte integrante da visão de Política Externa e de Defesa de Portugal.

É ainda de destacar o reconhecimento público granjeado pelos militares portugueses que participam nestas missões – tanto junto das autoridades e das populações locais, quanto das próprias Nações Unidas – fruto do seu elevadíssimo profissionalismo e sentido de missão. A confiança conquistada atesta a qualidade das nossas Forças Armadas e reforça os princípios pelos quais nos guiamos enquanto parceiro comprometido. Nesta área, é seguro dizer que Portugal se constitui como exemplo para outras nações.

Ao longo da história recente, as missões de paz da ONU passaram por momentos de crise e incerteza. A guerra na Ucrânia e a crescente insegurança no sistema internacional representa apenas o mais recente desafio. A própria complexidade, quer das

crises, quer das próprias intervenções da comunidade internacional, passou a contribuir para esta conjuntura.

Por todos estes motivos, é apenas natural que as missões de paz exijam cada vez mais uma sólida apropriação por parte dos atores locais e organizações regionais, mas também a participação ativa das suas Forças Armadas e de Segurança. Ambos são fatores cruciais para garantir a sustentabilidade destas missões.

Consciente destas crescentes exigências, Portugal mantém a Organização das Nações Unidas como referência central, pelo que continuaremos a participar em operações de paz com a qualidade que nos é reconhecida. Iremos também empenhar-nos em contribuir para torná-las mais eficazes, numa abordagem integrada que combine a manutenção da paz com o

desenvolvimento sustentável, com o respeito pelos direitos humanos e com a defesa das liberdades fundamentais.

Muito obrigada.